

LAUSANE CORRÉA PYKOSZ

**A HIGIENE ESCOLAR INSERIDA NOS GRUPOS ESCOLARES CURITIBANOS
(1903 A 1920): UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA**

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física, do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

ORIENTADOR: PROF. DR. MARCUS AURELIO TABORDA DE OLIVEIRA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha amiga, companheira e mãe, que sempre esteve ao meu lado e me deu lições que me fizeram lutar pelos meus sonhos e chegar até este importante momento da minha vida: a realização de mais um sonho. Te amo.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela vida e pelas oportunidades...

Aos meus queridos pais, Goretti e Geraldo, pelo apoio, incentivo, confiança e compreensão: essa monografia só pôde ser construída com o apoio de vocês. Muito obrigada!

Ao meu companheiro, amigo e namorado Luis pelo carinho, atenção e compreensão no desenvolvimento desse trabalho. Te amo muito!

Aos meus familiares, que, muitas vezes sem entender, compreenderam minhas ausências...

Ao amigo e orientador Marcus Taborda, pelas considerações, conselhos e motivações para que esse trabalho se consolidasse e pela dedicação, disposição e paciência em me orientar...

Aos colegas do projeto "Levantamento e catalogação de fontes primárias e secundárias para o estudo histórico da Educação Física escolar e das práticas corporais escolares no Estado do Paraná (1846-1939)", pelas motivações e discussões que colaboraram para a construção deste trabalho...

Aos participantes do projeto "Educação e Movimentos Sociais: uma intervenção da Educação Física", e principalmente Astrid, Fabiano, Felipe e Carol: vocês foram peças fundamentais nesse caminho de formação acadêmica e, principalmente, humana...

Aos companheiros do Centro Acadêmico, pelas experiências e discussões que me trouxeram muitas lições...

À Loraine, pelas trocas e aprendizagens, pelas palavras de incentivo e disposição em ajudar...

Enfim, a todas as pessoas que fizeram parte deste processo importante em minha vida, de formação, aprendizado e construção...

Para acreditar na arte de se fazer ser é necessário substituir afirmações por interrogações, os dogmas por dúvidas, as repostas por questionamentos, os pontos de chegada em pontos de partida.

RUBÉNS ALVES

SUMÁRIO

RESUMO.....	vi
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1: CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES CURITIBANOS	5
1.1 PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO: O MODELO EDUCACIONAL.....	5
1.2 ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES.....	8
1.3 PREOCUPAÇÕES HIGIÊNICAS NA CONSTRUÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES	11
CAPÍTULO 2: A HIGIENE INSERIDA NO CONTEXTO ESCOLAR.....	13
2.1 A HIGIENIZAÇÃO DA ESCOLA.....	13
2.2 O CORPO DA CRIANÇA E SEUS CUIDADOS QUANTO À SAÚDE.....	17
2.3 OS MÉDICOS E A INSPEÇÃO MÉDICO-ESCOLAR: INTERVENÇÃO E INVESTIGAÇÃO NOS GRUPOS ESCOLARES	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS.....	30

RESUMO

Esta monografia se propõe a estudar a constituição e consolidação dos grupos escolares curitibanos, tendo como foco principal a compreensão das concepções sobre a higiene nesse ambiente escolar. Por serem os grupos escolares as instituições de investigação do objeto de estudo, o período é delimitado entre os anos de 1903 a 1920, período justificado pela implantação do primeiro grupo escolar paranaense em dezembro de 1903 e a consolidação destes, supostamente, até 1920. Para isso, essa monografia foi estruturada percorrendo o seguinte caminho: inicialmente apresentamos uma contextualização do processo pelo qual passavam as instituições escolares, por meio de um novo modelo educacional, advindo da aspiração dos governantes pelo progresso e modernização da sociedade, a organização desta instituição escolar e as questões relacionadas aos preceitos higiênicos nas construções dos edifícios escolares. Posteriormente, priorizamos o estudo das estratégias de higienização da escola, a constituição da criança no ambiente escolar, quanto aos asseios e às práticas de intervenção higiênica para a saúde corporal da criança e os agentes que pensavam a saúde e higiene da sociedade e, conseqüentemente, do aluno. O trabalho foi prioritariamente historiográfico, respaldado por obras pertinentes às temáticas escolarização e higienização. No entanto, utilizamos algumas fontes para auxiliar a discussão pertinente ao assunto, abrangendo algumas das prescrições publicadas pela Inspeção Geral de Ensino na revista *O Ensino*. Consideramos, portanto, que a higiene estava manifesta por diversas formas no ambiente escolar. Tanto o asseio era valorizado quanto as noções de higiene reforçadas nos alunos por diversas formas, caracterizando uma higienização dos corpos dos alunos. Entendemos essa higienização como forma de disciplinarização e controle dos comportamentos das crianças, influenciando seus hábitos e costumes, conformando-as para os anseios do regime republicano. Em relação à higiene como disciplina escolar, vemos que há muito ainda a se investigar, em vários âmbitos educacionais. Este trabalho procurou iniciar essa investigação, mas reconhecemos que há muito ainda por ser feito.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho acadêmico partiu do projeto de iniciação científica intitulado “Mapeando fontes para o estudo histórico das práticas corporais escolares e da constituição da Educação Física escolar no Estado do Paraná (1846 – 1920)”¹. Neste, juntamente com outros integrantes do grupo de pesquisa, levantamos e catalogamos fontes referentes ao processo de escolarização, às instituições escolares e às práticas corporais que se davam no interior das mesmas.

Uma das temáticas presente no processo de escolarização e que motivou à escrita deste trabalho foi a disciplina Higiene, a partir da qual, através da pesquisa, procurou-se desvendar como esta era entendida e constituída nos grupos escolares, com enfoque especial nos grupos escolares curitibanos.

O interesse pela temática a ser discutida no presente trabalho – concepção e presença da Higiene compreendida como saber escolar nos grupos escolares curitibanos, no período delimitado, provisoriamente, entre 1903 e 1920² – surgiu a partir de questionamentos de como era entendido o cuidado com o corpo e as relações de higiene no ambiente escolar, fruto de indagações relacionadas ao projeto: Levantamento e catalogação de fontes primárias e secundárias para o estudo histórico da Educação Física escolar e das práticas corporais escolares no Estado do Paraná (1846-1939)³, do qual a autora deste integra.

A historiografia existente sobre temas que permeiam o objeto de estudo do presente trabalho, preocupações no âmbito da cultura escolar em Belo Horizonte

¹ Participação desde janeiro de 2003 e como bolsista PIBIC/CNPq de agosto de 2003 a dezembro de 2004.

² Período justificado pela implantação do primeiro grupo escolar paranaense em dezembro de 1903 e a consolidação dos grupos escolares, supostamente, até 1920.

³ Projeto inscrito na linha de pesquisa em História e Historiografia da Educação, do programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR, sub-projeto *Transformações nos padrões de manifestação e controle corporais na escola elementar paranaense na passagem do modelo doméstico para o modelo graduado (1882-1920)*, em andamento, desenvolvido na UFPR, com orientação do Professor Doutor Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, contando com a colaboração de Diogo Rodrigues Puchta, bolsista do PIBIC/CNPq, Melina C. de A. Vicentine, Sidmar dos Santos Meurer e Valdirene Furtado, licenciandos em Educação Física pela UFPR; Luciano de Lacerda Gurski, professor de Educação Física; Talita Banck Dalcin, mestranda em Educação pela UFPR; Sergio Roberto Chaves Junior, mestre em educação pela UFPR e professor substituto do Departamento de Educação Física da UFPR; Cristiane dos Santos Souza, mestre em educação pela UFPR e professora da Faculdade de Artes do Paraná, Vera Luiza Moro, mestre em educação pela UFPR e professora do Departamento de Educação Física da UFPR e Luciane Paiva Alves de Oliveira, professora da Universidade Tuiuti do Paraná e doutoranda em educação pela PUC/SP (bolsista CAPES). O sub-projeto acima referido conta com financiamento da Fundação Araucária e do CNPq. Cabe destacar, porém, que as idéias e interpretações aqui expressas são exclusivamente de responsabilidade da autora.

(VAGO, 2002; FARIA FILHO, 2000), a escola primária graduada em São Paulo (SOUZA, 1998), o movimento higienista no Brasil (GÓIS JUNIOR E LOVISOLO, 2003; SOARES, 2001), o discurso médico e os intelectuais da saúde (SILVA, 2004; GÓIS JUNIOR, 2003) e a disciplina e higienização escolar (CARVALHO, 1997)⁴ nos permite compreender algumas questões.

Em 1900 foi publicado no Paraná um novo regulamento de Instrução Pública, pelo então presidente do Estado Francisco Xavier da Silva, que acreditava que somente com os grupos escolares resolveriam a questão do atraso no ensino primário. Surgia daí a necessidade da educação pública e estatal para o povo, pois a “ignorância” deste impediria a entrada do Brasil no mundo da modernidade. Recorrendo a Soares (2001), ao falar dos últimos anos do império, “a eliminação da ignorância do povo, portanto, passava a ser a chave para todos os problemas da nação” (p.88). Acreditava-se que higiene e educação, juntas, poderiam mudar o país rumo ao seu desenvolvimento, viabilizando o progresso.

Podemos afirmar que a Higiene, no período da primeira república, servia para a conformação dos meninos e meninas integrantes das escolas graduadas de ensino primário. A higiene foi implantada na escola com o objetivo de conscientização e conformação dos alunos, entretanto, vemos também o currículo como um dos meios para a conformação da higiene.

A ideologia de formar corpos saudáveis fez com que, em nome do novo, do moderno, do científico, se potencializasse a educação do físico para alcançar o ser saudável, através da higiene, em meio à miséria física e social do povo, em meio a doenças, epidemias e mortes.

Em Curitiba, a escola primária era freqüentemente colocada em discussão por parte dos inspetores, delegados, fiscais e diretores gerais de ensino, os quais cobravam do Estado a construção de edifícios específicos para as práticas escolares. Sendo assim, de acordo com Bencostta (2001), no dia 19 de dezembro de 1903 houve a inauguração do primeiro grupo escolar paranaense, após a visita do Diretor Geral de Instrução Pública do Estado, Victor Ferreira do Amaral, ao estado de São Paulo, o qual serviu de modelo de organização administrativo-pedagógico para o Paraná. Este se denominou Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva.

⁴ Esta é uma pequena amostra de produções que incluem discussões sobre a higiene na escola e/ou sua influência no modo de vida da sociedade da época.

A reunião das escolas isoladas em prédios escolares mostrava uma preocupação com os corpos das crianças. De acordo com Vago (2002), ao estudar a realidade escolar de Belo Horizonte: “a tentativa era, enfim, a de civilizar os seus corpos, representados como portadores ambulantes dos vícios e males que se queria combater” (p. 93).

Houve, ainda em Belo Horizonte, a pretensão de realizar projetos arquitetônicos para prédios na Capital, embasados nas teorias higienistas para as práticas educativas. Para tanto, havia uma Comissão Construtora que tinha como preocupação os princípios urbanísticos de higiene coletiva, afirmada nas palavras de Vago (2002): “A influência médico-higienista era flagrante na elaboração da planta (havia, inclusive, um médico sanitário na referida Comissão)” (p. 31). Podemos perceber que este processo não se restringia a Belo Horizonte e tampouco ao Brasil. A instrução pública, e mais precisamente a escola graduada, também é foco de estudo de Vinão (1990), que percebe esse processo também na Espanha.

Todas estas questões envolvendo o período escolhido para o estudo mostram a complexidade e a necessidade de investigar e perceber as relações entre escolarização e higienização em meio ao processo de reforma pelo qual passava o Estado do Paraná e principalmente a instrução pública primária curitibana representada, não apenas, mas principalmente, pelos grupos escolares.

Tendo em vista estas proposições, acentua-se a importância de melhor entender como ocorreu este processo de formação e estruturação destas instituições, além de entender a concepção da Higiene Escolar para compreender como se processava quando inserida no ensino público primário de Curitiba. Com esses aspectos, pode-se contribuir para o incremento da pesquisa histórica e preencher, em partes, uma lacuna sobre a história da escolarização do Paraná.

Pretendeu-se, prioritariamente, conhecer o debate acerca da temática e dialogar com a historiografia selecionada para o trabalho a partir de algumas noções que envolvem a Higiene Escolar. Entre elas, pode-se ressaltar os discursos/doutrinas evidenciados no período de estudo, a história das disciplinas escolares e a cultura escolar. Enfim, enfrentar um tema (Higiene como disciplina escolar) que só foi enfrentado até o momento de forma restrita.

Esforços foram concentrados na realização de um balanço historiográfico, devido aos limites de tempo e formação acadêmica, sendo a intenção desenvolver e aprofundar a pesquisa em trabalho futuro, dialogando com as fontes.

Ressalta-se que a citação da historiografia referente a outros estados brasileiros se torna importante no desenvolvimento da pesquisa, bem como estudos sobre sanitarismo, espaço escolar, disciplinas escolares, entre outros assuntos que interferem nas questões sobre higiene em seus diferentes matizes.

Justifica-se este trabalho pela contribuição que pode trazer para a historiografia da educação, principalmente no Estado do Paraná. Isto porque, ainda são poucos os trabalhos sobre a história escolar paranaense, e inexistentes no campo da disciplina escolar Higiene. Pretendeu-se ainda, desvendar e/ou ensaiar algumas hipóteses em decorrência do processo de higiene/escolarização no período de 1903 a 1920, além de contribuir com o alargamento da investigação acerca da História da Educação.

Compreender como a Higiene era concebida nos grupos escolares curitibanos trazidas pela historiografia acaba por se tornar o principal objetivo deste trabalho. Outras questões que merecem serem exploradas, como as preocupações e as intenções quanto à higiene nas construções dos edifícios dos grupos escolares de Curitiba e o que motivou a criação de uma disciplina específica, considerando que a higiene já se fazia presente na escola.

Como já mencionado, o trabalho se desenvolveu através de crítica historiográfica, respaldada por obras pertinentes às temáticas escolarização e higienização. Sendo assim, iniciei com uma contextualização do processo pelo qual passavam as instituições escolares, por meio de um novo modelo escolar, advindo da aspiração dos governantes pelo progresso e modernização da sociedade através da instituição escolar. Esta seria representada pelos Grupos Escolares.

Sendo esse o ambiente escolar, devemos compreender as questões relacionadas com os projetos de edificações dos grupos escolares, os prédios para o seu funcionamento, os agentes escolares envolvidos com a educação das crianças e as construções ou adaptações de edifícios já existentes para o funcionamento dos grupos escolares, seguindo os preceitos de higiene quanto ao espaço e tempo escolar.

Tornou-se importante também entendermos as estratégias de higienização da escola, principalmente através do currículo dos grupos escolares, os agentes que pensavam a saúde e a higiene da sociedade e, conseqüentemente, do aluno e a constituição da criança no ambiente escolar, quanto aos seus asseios e às práticas de intervenção higiênica para a saúde corporal da criança.

CAPÍTULO 1: CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES CURITIBANOS

1.1 PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO: O MODELO EDUCACIONAL

A sociedade brasileira encontrava-se, após a Proclamação da República, em meio a uma ideologia de construção de uma nova nação, também através da escola, por meio da tríade educação intelectual, moral e física. A expansão da instrução pública viria, pois, para a consolidação do regime republicano e a preparação dos sujeitos para a nova realidade da vida republicana (VAGO, 2002).

Esta instrução pública da qual falamos, seria representada pelos grupos escolares que se legitimaram, principalmente, como possibilidade para esta formação. A adoção dos grupos escolares, segundo Faria Filho (2000), representou um momento de ruptura e mais, de recriação da educação escolar.

Com os grupos escolares, ainda de acordo com Faria Filho (2000), buscou-se uma “moderna forma escolar, condição e possibilidade da escolarização de um número cada vez mais crescente de crianças e de adolescentes, com repercussão no conjunto das práticas e das representações socioculturais” (p. 203).

O desejo pela modernidade, pelo engrandecimento da nação por meio da educação, foi evidenciado por Trindade (1996):

a modernização pregada pressupõe, então, que se dêem no país amplas discussões e freqüentes reformas, o repensar de velhos esquemas e o revigoramento de antigas aspirações, com vistas à criação de condições institucionais para a viabilização das novas propostas. É o sonho da República espalhando a instrução, democratizando a sociedade para formar o cidadão cívica e moralmente e colaborar para que o Brasil se transforme em uma nação à altura das mais progressistas do século (p. 162/163).

Pode-se perceber a dimensão das transformações pretendidas. Na educação, umas das formas de representação dessas transformações seriam através dos novos regulamentos de ensino, reformados para a busca da intenção do novo regime: o tão desejado progresso.

Importante enfatizar que o sentido de progresso que expressamos neste trabalho vem de encontro com o sentido empregado por Herschmann e Pereira (1994), de “paradigma moderno”, o qual representa

um conjunto de procedimentos, de hábitos internalizados, de questões/problemas (não necessária e inteiramente conscientes por parte dos que os atualizam) capazes de mobilizar

“obsessivamente” e de orientar as reflexões de uma época ou de uma geração, ainda que nunca “apreensíveis empiricamente” em sua totalidade (p. 11).

Os autores ainda afirmam que:

especialmente a partir das últimas décadas do século XIX, idéias como novo, progresso, ruptura, revolução e outras nesta linha passam a fazer parte não apenas do cotidiano dos agentes sociais, mas, principalmente, a caracterizar o imaginário, o discurso intelectual e os projetos de intervenção junto à sociedade.

É exatamente associadas a estas idéias que as noções de “moderno” ou de “modernidade” vão se afirmando neste momento de aceleração da industrialização e de consolidação internacional do capitalismo (p. 14).

O principal meio para esta nova educação pretendida estava centrado nos grupos escolares, seguindo as propostas da reforma instituída na primeira República em Curitiba. A escola, principalmente a primária – veículo de reprodução dos objetivos maiores da Nação – serviria como “transmissora da mensagem patriótica a todos os cidadãos” (TRINDADE, 1996, p. 87)⁵.

A reforma proposta na primeira república, aspirando a modernização do Estado em todos os aspectos, inclusive o aprimoramento da educação, na figura dos grupos escolares, correspondeu a um modelo de organização administrativo-pedagógico que, de acordo com Bencostta (2001), determinava ordenação do espaço, das atividades, dos ritmos e dos tempos, mas não só isso, significava “uma estratégia de ação na esfera educativa escolar, moldando práticas, legitimando competências e propondo metodologias do ensino através da produção e divulgação de novas representações escolares” (BENCOSTTA, 2001, p. 108).

A consolidação dos grupos escolares curitibanos não se efetivou de imediato, e, por isso, em 1916 o governo do Paraná enviou a São Paulo um grupo de professores para estudar o funcionamento dos grupos escolares paulistas.

Mas muito antes dessa data já havia articulação do governo do Paraná para encaminhar professores de escola primária a outros estados. Jean Carlos Moreno (2003), ao analisar as práticas discursivas dos agentes educacionais para entender a escolarização no estado do Paraná no período de 1920 a 1928, mostra que o estado vinha desde a inauguração do primeiro grupo escolar, em 1903, investindo na modernização do ensino público, tendo como modelo São Paulo. Este servia de

⁵ Trindade atribui, além da Nação, à mulher o papel de transmissora da mensagem patriótica aos cidadãos.

espelho para os outros estados, pois a ele pertencia a primazia econômica do país na época da primeira república.

Mas, apesar dos interesses políticos, o crescimento acelerado e a ambição das elites quanto aos grupos escolares, Bencostta (2001) mostra que não se teve o apoio necessário:

não restam dúvidas de que o investimento dos poderes públicos paranaenses não correspondeu às expectativas de um discurso que propunha a regeneração da sociedade por meio da educação. Ainda que houvesse um distanciamento entre a retórica do estado e a aplicação de recursos na área educacional, o debate de intelectuais, educadores e políticos paranaenses que propunham novos formatos, concepções e métodos para uma escola, que pretendia ser moderna, colaborou na construção dos resultados que tiveram ressonâncias nos “grupos escolares” mantidos pelo Estado (p.110).

No estudo realizado por Tarcísio Mauro Vago (2002), o qual procura entender a cultura escolar e cultivo dos corpos no ensino público primário de Belo Horizonte, nas duas primeiras décadas do século XX, observamos o surgimento de um movimento em Minas Gerais de afirmação de uma nova cultura escolar, preconizando às crianças: “civilizá-las, arrancá-las do estado de indigência, impor-lhes uma transfiguração que faria delas potenciais construtores da prosperidade do Estado” (VAGO, 2002, p. 13).

Essas aspirações correspondem ao mesmo período que se conspirava a modernização da educação em Curitiba, isso porque esse projeto de progresso era um projeto direcionado a todo o país, ao progresso da Nação, como percebemos em Trindade (1996): “a escola curitibana empenha-se, então, na formação de patriotas brasileiros”, e não apenas paranaenses. O que norteava esta educação era a necessidade de consolidar um novo regime que surgia nas primeiras décadas da República.

Para que isso se consolidasse, vários estados, segundo Vago (2002), tinham como modelo o sistema de ensino paulista, o que precisamos averiguar. Como já visto, o Paraná buscou em São Paulo orientações a partir do envio de professores para observações sobre o funcionamento dos grupos escolares paulistas, aspirando a criação do primeiro grupo escolar paranaense.

O que podemos afirmar, a partir de Trindade (1996), é que nesse período – da primeira República – houve uma grande expansão urbana, contemplando desde a arquitetura, as edificações, pavimentações, a arborização, a iluminação pública,

como também as fábricas, a guarda civil e os espaços públicos, realizando, então, uma higienização do espaço urbano curitibano.

Quanto ao termo grupo escolar, ele foi questionado e considerado inapropriado por algumas pessoas ligadas à instrução pública, e deveria ser identificado não apenas como um agrupamento de cadeiras escolares, mas, como explicita Faria Filho (2000): “através da afirmação da divisão racional do trabalho, da possibilidade de maior controle dos professores e dos alunos, da produção de uma nova temporalidade e espacialidade próprias à educação primária” (p. 34/35).

Devemos alertar que não foi apenas a instrução primária que foi reorganizada e modernizada, mas também houve organização do ensino secundário, Jardim de Infância e Escola Politécnica, em consequência da proclamação da república, em São Paulo, como afirma Monarcha (1997).

Se faz relevante afirmar, que muitas das aspirações já mencionadas no texto quanto à modernização como resultado imediato à Proclamação da República e muitos dos projetos e pretensões ficaram apenas como ideais. A população, de acordo com Trindade (1996), desiludiu-se com o novo regime, pois constatou “a impossibilidade do exercício efetivo da cidadania, e as evidências de uma representação popular corrupta e falha”, devido à continuidade de fraude eleitoral, empreguismo e ineficiência governamental. Portanto, “da República teoricamente construída de acordo com determinados níveis de aspirações, resta a República possível, realizada sobre a orientação e a pressão das forças sociais mais ponderáveis do período” (Idem, p. 126).

Foi neste contexto em que se pensou a “nova educação”, e que houve a reformulação das escolas – de escolas isoladas par escolas graduadas – e da própria escolarização.

1.2 ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES

O período escolhido para a pesquisa corresponde ao processo de implantação e consolidação dos grupos escolares paranaenses, os quais se diferenciavam de outras instituições educacionais por surgirem com o intuito de reformar a instrução primária pública e pela sua organização, objetivando agrupar as escolas, tornando-as mais econômicas e equivalentes à pretensão do Estado de implantar uma “educação popular e universal” (Bencostta, 2001, p. 107).

Antes do surgimento do primeiro grupo escolar paranaense, como nos mostra Bencostta (2001), existiam três escolas públicas de ensino primário em Curitiba, sendo duas para o sexo feminino, Escola Tiradentes e Escola Carvalho, e uma para o sexo masculino, Escola Oliveira Bello. Posteriormente, estas se transformaram em escolas graduadas, além de mais oito grupos escolares instituídos na fase de implantação. Esta fase de implantação dos grupos escolares em Curitiba, de acordo com o autor, corresponde ao período entre 1903 a 1928.

O primeiro grupo escolar no Brasil foi implantado em São Paulo em 1893, segundo Souza (2001), e correspondeu na época

a um novo modelo de organização administrativo-pedagógica da escola primária com base na graduação escolar – classificação dos alunos por grau de adiantamento -, no estabelecimento de programas de ensino e da jornada escolar, na reunião de vários professores e várias salas de aula em um mesmo edifício-escola para atender a um grande número de crianças, na divisão do trabalho e em critérios de racionalização, uniformidade e padronização do ensino (p. 76).

Antes desta pretensão, a educação era organizada através das escolas isoladas, nas quais o ensino não era seriado (programa graduado). Nestas, os horários eram variados. Conforme Faria Filho (2000), se caracterizavam como “escola imperial, tradicional e arcaica”, funcionando nas casas de professores, sem a mínima estrutura e conforto, além de pouquíssimos materiais, péssimas condições de trabalho e de higiene, tão valorizadas na época.

Enfim, eram vistas como um atraso e revelavam a desorganização escolar, ou, como observamos em Belo Horizonte a partir de Faria Filho (2000), eram incoerentes com o “funcionamento de uma escola pública de qualidade, como sendo um obstáculo quase que intransponível à realidade da tarefa educadora e salvacionista republicana, materializada na educação primária” (p. 30).

Ora, as escolas isoladas eram um texto que, quando lido pelos agentes e profissionais da educação e boa parte da população, evocavam uma realidade muito distante daquela projetada pelos “textos” urbanísticos. Por isso, não significavam um rascunho a ser aperfeiçoado, mas, sim, algo a ser substituído, apagado da cena da cidade e, ao mesmo tempo, algo produzido na memória como passado que fora (ou deveria ser) estirpado para dar lugar ao novo (FARIA FILHO, 2000, p.45).

Os grupos escolares se caracterizavam, principalmente, pelo funcionamento numa única instituição, num mesmo tempo e lugar, modificando a forma de organização escolar. Mas não só isso: aqueles contribuiriam também como

uma estratégia de atuação no campo do educativo escolar, moldando práticas, legitimando competências, propondo metodologias, enfim, impondo uma outra prática pedagógica e social dos profissionais do ensino através da produção e divulgação de novas representações escolares (Idem, 2000, p.37).

No que se referia aos grupos de alunos, os grupos escolares traziam:

a possibilidade de uma maior divisão dos alunos, buscando uma maior homogeneidade na constituição do grupo sob a responsabilidade de uma mesma professora. Essa homogeneidade, por sua vez, constituía-se como condição imprescindível à adoção do “ensino simultâneo”, fator fundamental também para realizar, segundo autoridades do ensino e profissionais da educação na época, uma aprendizagem mais regular e em menor tempo (Idem, 2000, p.153).

Segundo este autor, seria uma reinvenção da escola, contribuindo com os projetos de homogeneização cultural e política da sociedade, pretensão da elite mineira⁶. Essa reinvenção significa “organizar o ensino, suas metodologias e conteúdos; formar, controlar e fiscalizar a professora; adequar espaços e tempos ao ensino; repensar a relação com as crianças, famílias e com a própria cidade” (p. 31). Os grupos escolares passam a ser um lugar de convívio e permanência dos alunos, sendo que integram a experiência desses, os quais vivenciam grande parte de sua infância nesses estabelecimentos de ensino. Com isso, a escola vai se tornando uma instituição específica, com tempo e espaços próprios, impondo costumes e cultura àqueles que a freqüentavam. Enfim, a escola passava a representar um lugar de transformações culturais da população.

Uma das principais transformações nas instituições escolares podemos afirmar que seria em torno da higienização da escola e dos corpos das crianças, sendo fundamental a influência dos médicos no pensamento e na prática educacional, que, conforme Soares (2001), foi marcante e acentuou-se ao longo do século XIX, para tornar-se determinante nas primeiras décadas do século XX.

⁶ Devemos alertar que esta pretensão não era apenas mineira e sim um projeto de âmbito nacional e mundial.

1.3 PREOCUPAÇÕES HIGIÊNICAS NA CONSTRUÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES

Com o surgimento da República, a ideologia de modernização e mudança se acentuou, havendo uma grande expansão urbana, o que podemos observar pelo fato da grande preocupação com a arquitetura escolar, construindo-se prédios suntuosos para o abrigo dos grupos escolares. Com essas modificações rumo ao progresso, o Estado reorganizou sua administração, contribuindo, então, segundo Monarcha (1997), para a ampliação dos serviços públicos, o que incluía a higiene, saúde, polícia urbana e instrução.

Em Curitiba, a partir de Bencostta (2001) podemos perceber a questão da higiene influenciando na projeção e construção dos edifícios escolares, esta questão sendo “baseada nos pressupostos de uma pedagogia compreendida como moderna, enfatizava a importância do ar puro, da luz abundante e de uma adequada localização sanitária, requisitos indispensáveis para o bom estado dos grupos escolares” (p. 114).

Os dirigentes de ensino eram os principais agentes que transmitiam orientações práticas em Curitiba, tanto para a adequação das construções das escolas ao avanço arquitetônico, quanto às normas de higiene e conforto, segundo Trindade (1996).

Os edifícios escolares tornaram-se um meio para o enaltecimento da República, representando um lugar diferenciado para a formação de bons cidadãos à Pátria (BENCOSTTA, 2001). O espaço não seria mais secundário, passava a ter importância primordial para um bom funcionamento dos grupos escolares, influenciando suas práticas e suas funções.

Os grupos escolares envolviam preocupações com sua localidade, o fácil acesso, sua ventilação e suas condições higiênicas, entre muitas outras. Podemos perceber isso através de Monarcha (1997), com a descrição da Escola Normal que se tornaria padrão para a construção dos grupos escolares e escolas normal em São Paulo na virada do século XIX para o XX:

a localidade da Escola Normal de São Paulo na Praça da República é uma alusão à superioridade moral e intelectual e vitalidade da República. O conjunto funciona imaginariamente como um centro de comunhão cívica que convoca os homens sensíveis e as almas de boa vontade a partilharem de uma sociedade composta de cidadãos, que, além de se reconhecerem como iguais, estão envolvidos na edificação de um mesmo porvir (p. 105).

Projetava-se para os novos prédios escolares que fossem construídos em regiões centrais, com boas condições higiênicas, de ventilação e de fácil acesso. De acordo com Monarcha (1997), com esse projeto:

soluciona-se, então, uma problemática inusitada para a época: a criação de um programa arquitetônico para um estabelecimento público de ensino, com a devida incorporação das prescrições da engenharia sanitária: ambientes amplos saturados de ar, luz e sol, permitindo o desenvolvimento sadio das crianças (p. 107).

Os projetos arquitetônicos serviam, também, como projeção do espaço físico e de seus habitantes para que se fixassem, de acordo com Vago (2002), material e culturalmente na nova cidade⁷.

A preocupação não era apenas com a higiene dos prédios escolares, mas deveriam haver cuidados diários, de acordo com o regulamento de ensino de 1911 em Minas Gerais, sendo a diretora responsável por velar pela “higiene do prédio e dos alunos” (VAGO, 2002, p. 109).

As questões relacionadas à higiene contemplam também os prédios, com a preocupação do espaço escolar, para evitar os contatos corporais entre as crianças, não havendo, assim, contágios, por exemplo, segundo Vago (2002). Havia ainda preocupações com os corpos das crianças, com seus deslocamentos nos espaços e tempos escolares e como forma de controle e disciplina das crianças. Evidenciavam-se as questões de saúde, pois um indivíduo saudável, forte, representaria uma nação forte. E, conseqüentemente, nas palavras de Soares (2001), “é em nome da “saúde” que se fará uma assepsia no meio físico... e será promovido o uso higiênico da habitação” (p. 29).

Enfim, o edifício escolar representou um dos principais meios para a disciplinarização e higienização das crianças, pois, mantendo-o higienizado, conscientizariam as crianças quanto ao asseio e à saúde aspirados pela sociedade republicana.

⁷ No caso do estudo de Vago, este termo retrata a construção da nova capital mineira Belo Horizonte, em 1897, e, portanto nova cidade. No caso de Curitiba, este termo pode estar associado à reforma urbana ocorrida na cidade.

CAPÍTULO 2: A HIGIENE INSERIDA NO CONTEXTO ESCOLAR

2.1 A HIGIENIZAÇÃO DA ESCOLA

Partindo do exemplo da cidade de São Paulo (SILVA, 2001), onde médicos, higienistas e educadores afirmam que os problemas que envolviam a cidade só poderiam ser solucionados através da educação e higiene, podemos perceber que a higiene teve uma acentuada valorização, sendo evidenciada a sua inclusão na escola, através de instruções de preservação da saúde dos alunos, dos cuidados com o corpo, como também das questões da postura do aluno relacionada à mobília escolar, das instalações físicas do estabelecimento, da inspeção dos médicos higienistas e da organização e seleção dos métodos de ensino e o material pedagógico.

Com os grupos escolares, que constituíam o ensino graduado, tendo um professor para cada série escolar, a questão da saúde se encontrava sempre em voga, sendo que saúde e educação eram vistas como indissociáveis, como podemos observar em Soares (2001):

Juntamente com ela [a educação] e, principalmente, por meio dela, surge a idéia de saúde e de como ser saudável. Para alcançar este "ser" saudável seria necessário recorrer à Higiene e, sobretudo, acentuar a sua importância na escola.

Higiene e educação juntas poderiam mudar a face do país, promover o seu desenvolvimento, viabilizar o progresso. Higiene e educação passam a ser os remédios adequados para "curar" as doenças do povo e do país. Dessa união bem conduzida nasceria um outro Brasil (p. 89).

Carvalho (1997) também enfatiza que:

no campo da saúde, firma-se, nos anos 20, a convicção de que medidas de política sanitária seriam ineficazes se não abrangessem a introjeção, nos sujeitos sociais, de hábitos higiênicos, por meio da educação. No movimento educacional da mesma década, a saúde é um dos pilares da grande campanha de regeneração nacional pela educação (p. 284).

Para consolidar esse cuidado com a saúde dos alunos e de todos os agentes escolares viriam, além da Educação Física, os programas de educação sanitária, o ensino da higiene e o exame médico regular⁸ que, de acordo com Trindade (1996),

⁸ Mesmo reconhecendo a importância da Educação Física e da educação sanitária, matizes que supostamente influenciaram os cuidados com os corpos das crianças e sua higienização, não são discutidas neste trabalho por não ser objeto central das preocupações da autora neste momento.

seriam “reflexos das preocupações mais amplas da sociedade com a higiene pública, a ordem social e os cuidados alimentares” (p. 36).

A inspeção médica, tratada em um tópico específico deste trabalho, concentrava suas atenções aos mais variados aspectos que poderiam, direta ou indiretamente, afetar a saúde dos escolares. Alguns desses aspectos são citados por Silva (2001), tais como: poças de água estagnada, amontoado de lixo, esgotos, encanamentos e reservatórios de água, os pátios de recreio, os porões, os sanitários, e todo lugar de acesso dos alunos eram lugares de vistoria dos inspetores escolares. Nos referidos locais eram investigados os estados de asseio, a conservação das instalações, a situação de revestimento do piso, a umidade das paredes e a presença e acúmulo de lixo.

Além destes aspectos, havia uma grande preocupação com a orientação dos professores, para que estes pudessem instruir seus alunos quanto aos cuidados de higiene. Havia, como podemos perceber no documento a seguir, apropriação e preparação dos professores para a prática de higiene, no noticiário intitulado ‘Curso de Hygiene Elementar’, encontrado nos Archivos Paranaenses de Medicina (1920)

Terminaram a 20 deste mez as conferencias theoricas e as demonstrações praticas do Curso de Hygiene Elementar, instituido pelo Serviço de Prophylaxia Rural, a pedido do Governo do Estado, para os professores públicos.

As prelecções realizadas até aquella data versaram sobre os seguintes pontos do programma já publicado: 2 (Microorganismos pathogenicos); 3 (Doenças contagiosas em geral); 5 (Verminoses); 13 (Impaludismo, doença de Carlos Chagas e Leishmaniose) e 16 (Morphina, cocaina, alcool e alcoolismo).

(...)

As sabbatinas foram assistidas pelo Inspector Geral do Ensino, Director do Gymnasio e Escola Normal, varios lentes desses estabelecimentos de ensino, inspectores escolares, representantes da imprensa e numerosas pessoas gradas (1920, p. 240).

Como podemos perceber, os professores deveriam ter conhecimentos quanto às doenças e males que poderiam afetar seus alunos e, conseqüentemente, seus tratamentos e cuidados. O curso foi solicitado pelo Governo do estado, o que nos indica que as questões discutidas no primeiro capítulo quanto à modernização do país por meio da educação e higiene, estavam realmente presentes nas pretensões do governo.

Essa matéria data do ano de 1920, o que nos dá subsídios para perceber que os discursos do início do século estavam se consolidando, mas devemos questionar se apenas essa forma de conhecimento contemplava as necessidades dos professores para sua prática docente. Se a higiene tornou-se um conteúdo

fundamental a ser passado no ambiente escolar, questionamos se os professores eram instruídos o suficiente para isso.

Outro documento que nos desperta interesse é o artigo publicado na revista *O Ensino* de 1924, revista esta que era publicada pela Inspetoria Geral de Ensino do Paraná, intitulado *O Ensino da Hygiene na escola primaria*. Este texto se constitui em conteúdo extenso tratando do ensino da higiene, cujo autor, Meneleu Torres⁹, esforça-se para dar uma noção da forma de ensino dessa disciplina.

O ensino da hygiene deve ser feito por meio de conselhos e lições systematisadas, accessíveis ao entendimento acanhado das creanças.

Não basta, porém, discriminar males e demonstrar prejuizos resultantes da falta de applicação dos preceitos prophylacticos; é necessario, e se impõe mesmo, que o mestre vá gradualmente inveterando no espirito do educando esses conhecimentos e que os effective e integre em todos os seus actos.

O seu primeiro trabalho é, portanto, catechisar os alumnos; isso facilmente elle conseguirá, desde que a verve da palavra não lhe falte e que observe aquillo que preza.

Elle é o mestre e é o exemplo.

Os alumnos examinam primeiro o mestre, observam se as suas palavras estão de accordo com o seu proceder (p.71).

Podemos perceber que a função do ensino passa a ser exclusivamente do professor, valorizando sua conduta. O professor aqui passa a representar um 'mensageiro da ciência', que, com o seu poder do bem falar e sua autoridade poderia estar transmitindo ao aluno os seus conhecimentos. Bastava que o professor tivesse boa conduta e representasse um modelo a ser seguido.

Levando-se em consideração que na época o ensino de qualquer disciplina se fazia de forma unilateral, cabendo ao professor todo o conhecimento e aos alunos apenas acatar, as escolas representavam o ambiente ideal para a disseminação dos objetivos políticos vigentes na época.

Nesse sentido, Rocha (2003) nos indica a função do professor como exemplo para as crianças:

exemplo de virtude, a figura do professor teria também sobre a criança (...) um enorme poder de sugestão. (...) Considerando os perigos da imitação, era imprescindível estar atento à elaboração de cada detalhe dessa figura modelar que as crianças deveriam imitar, de modo que se evitasse que, presa dos pecados capitais da falta de asseio, decência ou temperança, o mau exemplo do professor viesse a macular a alma infantil com a sugestão desses graves vícios, fazendo desmoronar o *castelo da educação moral* (grifo do autor, p. 48).

⁹ Meneleu Torres era, na época da publicação da revista, Diretor da Escola Normal de Ponta Grossa.

De acordo com Silva (2001), à escola cabia a tarefa de formar os indivíduos para se tornarem responsáveis pelo seu próprio bem estar e para que contribuíssem na melhoria da situação de sua comunidade e do país. Vemos com isso, que não bastava apenas o professor repassar seus conhecimentos, mas o aluno deveria acatar e utilizar esses conhecimentos no seu dia a dia.

Para que isso se consolidasse, os professores deveriam dispor de diversas metodologias tornando atraentes aos seus alunos as noções fundamentais de higiene, como percebemos a seguir:

O ensino deve ser feito por meio de estampas que exerçam suggestiva influencia no espirito das creanças, encenando actos e praticas que caracterizem os defeitos e as deformidades resultantes dos vicios e da falta de asseio, de um lado; e os beneficios que se pode colher dum regimen hygienico methodizado, d'outro. Nem sempre, porém, será possivel apresentar aos alumnos uma estampa para que esta sirva de pivot ás lições, mórmente no terceiro e quarto anno. (*O Ensino*, 1924, p.71).

Para Chervel (1990), um dos principais, senão o principal componente de uma disciplina escolar “é a exposição pelo professor ou pelo manual de um conteúdo de conhecimentos. É esse componente que chama prioritariamente a atenção, pois é ele que a distingue de todas as modalidades não escolares de aprendizagem, as da família ou da sociedade” (p. 202).

A exposição pelo professor não seria uma mera exposição dos conteúdos, ele deveria influenciar nos hábitos dos alunos, portanto, no caso do documento acima, enfatizar as posturas e ações que trariam malefícios para o aluno e os benefícios que trariam a boa conduta e o respeito às regras de higiene. Com isso, acreditava-se que os alunos perceberiam que a disciplina traria uma vida saudável.

Outro texto que nos traz impressões da função do professor para com a higiene de seus alunos é também da revista *O Ensino*, de 1922, intitulado *Conselhos Uteis*:

Zeze pela saúde de seus alumnos. Tome interesse pelo asseio de suas mãos, rosto, cabeça, pés e roupas. Uma recomendação nesse sentido deve ser diariamente feita até que sejam adquiridos os habitos do asseio.
Indague todas as vezes que julgar necessario, do estado de saúde de seus educandos e providencie, na medida possivel, para que sejam socorridos (p.81).

Nesses trechos consideramos que o professor deveria estar atento ao estado de asseio de seus alunos, instruindo-os continuamente e quantas vezes fosse necessário. Passava a ser uma questão primordial transformar em hábito a higiene

diária dos alunos, por isso, enfatizando o que diz o texto, o professor deveria considerar “seus alumnos como si fossem seus filhos ou irmãos” (p. 81).

A intenção era de formar os alunos para uma vida civilizada, procurando condicionar toda uma sociedade, a partir dos hábitos, asseio e ordem. A ordem, através da higiene, traria o progresso.

Vago (2002) observou uma situação parecida em Belo Horizonte, reforçando a preocupação, por parte da escola, com a inculcação de hábitos higiênicos nos alunos: “reforçava-se e ampliava-se a intervenção da escola com sua ambição civilizadora, que, além de instruir, deveria educar as crianças: educar a cuidar do corpo” (p. 154).

A escola, constituída pelos ambientes internos e externos, representava um lugar higienizado e, portanto, civilizado, segundo Silva (2001), logo, deveria funcionar como um exemplo a ser seguido.

Trindade (1996) estende e acentua também o ensino das noções de higiene às futuras mães e esposas, trazidas no programa divulgado pelas Irmãs Polonesas de São Vicente de Paulo no texto “O que a dona de casa economiza vale tanto quanto o marido ganha”, no ano de 1922. Para a formação da mulher mãe-esposa, existia um programa especial visando esta educação. Nesta época, era freqüente a formação de esposas e mães, tendo ênfase conteúdos como: corte, costura, trabalhos manuais, culinária, administração do lar e higiene, aproveitamento de frutas, boas maneiras e comportamento social, lavar e passar roupas, entre outros, e ainda, alfabetização, música e rudimentos de francês ou alemão, em consonância com os meninos.

Enfim, a educação higiênica deveria integrar a educação de todas as crianças, mesmo que contemplando interesses diferenciados, entre as diferentes classes, idades e sexos.

2.2 O CORPO DA CRIANÇA E SEUS CUIDADOS QUANTO À SAÚDE

A partir da discussão feita até o momento, podemos afirmar que a cidade e o corpo eram os portadores do ideário republicano. E, conforme Vago (2002), é através do corpo que se “prova” a cidade, revelando “uma forma – e uma fôrma! – de fazer o corpo se impregnar da racionalidade, da higiene, da assepsia, da civilidade

desejada, uma forma de constituir o corpo pretendido para o cidadão republicano” (p. 34).

Assim, o corpo era tido como um dos meios para as pretensões de modernidade e civilização do regime republicano, submetendo às crianças uma nova cultura, e a partir dela “a escola pudesse realizar a empreitada de moldá-los, constituí-los, cultivá-los para a assimilação de hábitos e comportamentos, condizentes com as qualidades esperadas do cidadão idealizado pelo regime republicano” (SILVA, 2001, p. 29).

Para Rocha (2000), a escola desempenharia o papel de atuar sobre os indivíduos, “corrigindo-lhes a natureza imperfeita, por meio da inculcação de novos hábitos” (p. 68). A escola deveria, portanto, disciplinar seus alunos induzindo-os à incorporação de novos valores e costumes. A partir do estudo do manual escolar de Afrânio Peixoto e de Graça Couto (em co-autoria) publicado em 1914¹⁰, a autora afirma: “possibilidade de constituição de uma “segunda natureza”, a educação teria na inculcação dos hábitos higiênicos – “regras de bem viver” – o seu meio de ação” (p.69).

A higiene por muitas vezes não apareceu nos programas escolares como disciplina escolar, mesmo assim sua presença era marcante na escola. Com a inspeção e as orientações dos médicos ou dos próprios professores, os preceitos de higiene eram transmitidos constantemente e repetidamente para os alunos. No estado de São Paulo, esse fator aparece no momento de revista dos alunos

marcar a importância do asseio, explicar minuciosamente em que consiste, incentivar a repetição das noções, examinar acuradamente, chamando a atenção para as falhas e louvando os certos são os elementos que compõem essa prática, por meio da qual se buscava conformar os corpos e gestos infantis, produzindo comportamentos considerados civilizados (ROCHA, 2003, p. 49).

A higiene deveria estar presente em todos os momentos no ambiente escolar e, em todas as oportunidades postas pelos alunos, seus preceitos deveriam ser reforçados. Vemos isso no documento a seguir, que trata da Organização Sanitária Escolar:

¹⁰ Este manual escolar se intitula *Noções de higiene: Livro de leitura para escolas*, publicado pela Editora Francisco Alves & Cia. Para maiores informações, consultar ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Prescrevendo regras de bem viver: Cultura escolar e racionalidade científica. In: SOUZA, R. F. e VALDEMARIN, V. T. Caderno CEDES - Cultura escolar: história, práticas e representações. Ano XIX, Campinas, n. 52, 2000.

Todas as oportunidades devem ser aproveitadas como motivos e assumptos para a lição de hygiene, pois que, assim, produzem impressão muito maior e teem efeitos mais duradouros. A vida escolar é cheia de motivos para lições praticas: a má posição de pé ou sentada, o desasseio do corpo, o má estado dos dentes, os resfriamentos, etc. De muita importancia deve ser o systema de pôr em destaque o conceito positivo de “saúde”, em vez da idéa negativa de “doença” (*O Ensino*, 1924, p. 145-146).

Estas orientações coadunam com a exposição de Rocha (2003), ao referir-se às práticas exemplares nas escolas:

materializando-se em *lugar da saúde*, a escola, aberta à luz do sol e ao ar, limpa, espaçosa, ordenada e clara, exerceria por si só uma *poderosa sugestão higiênica* sobre as crianças. Contrastando com a sujeira dos seus sapatos e das suas mãos, o assoalho limpíssimo e os móveis polidos e lustrosos ensinaram às crianças a necessidade de limpar a sola dos sapatos e lavar as mãos. Agindo sobre a tendência à imitação, a escola, impecavelmente limpa e iluminada, transbordaria a sua ação educativa para o ambiente doméstico (grifo do autor, p. 47-48).

A hygiene, muitas vezes era vista como momento de descanso da mente do aluno, sendo desenvolvida no intervalo das outras aulas, na figura dos Exercícios Físicos e/ou o Canto. Podemos perceber esse fato nos textos de Faria Filho (2000) e Vago (2002):

Cumpre lembrar, também, a importância atribuída ao canto e aos exercícios físicos, que, de acordo como as teorias higienistas apropriadas pelo pensamento pedagógico, são ‘momentos’ (tempos) de descanso, de repouso da mente (FARIA FILHO, 2000, p. 70).

A idéia de intercambiar os ‘*Exercícios Physicos*’ e o Canto às demais disciplinas expõe uma preocupação de caráter higiênico, revelada na pretensão de proporcionar às crianças um descanso (relaxamento) dos trabalhos considerados intelectuais, realizados nas outras cadeiras, em sala de aula (VAGO, 2002, p. 235).

Os Exercícios Físicos seriam inseridos na escola devido, pelo menos no caso de Belo Horizonte, à “crença em suas possibilidades de transformar os corpos das crianças, representados como raquíticos, débeis e fracos, em desejados corpos sadios, belos, robustos e fortes” ¹¹(VAGO, 2002, p. 219).

A Educação Física representaria, segundo Soares (2001), como “receita e remédio para curar os homens de sua letargia, indolência, preguiça, imoralidade e,

¹¹ Esta citação se refere à Ginástica, mas, neste trabalho, consideremos que os termos Exercícios Físicos e Ginástica sejam sinônimos.

desse modo, passa a integrar o discurso médico, pedagógico...familiar” (p. 6). E representaria ainda mais:

A extensão da escolarização primária foi colocada, então, como um dos mecanismos privilegiados para o controle das formas de pensamento e de ação do “corpo social”, e, dentro da escola, ganhava espaço em conteúdo bastante enaltecido pelo pensamento médico e pedagógico ao longo de todo o século XVIII. Estamos nos referindo ao exercício físico como elemento da educação (Idem, 2001, p. 48).

Este controle seria evidenciado com a extensão da escolarização primária e a extensão dos serviços públicos, principalmente de saúde. Esse controle, quando evidenciamos a escola, constituiria uma disciplinarização do espaço escolar, e segundo Soares (2001): “o enquadrinhamento disciplinar do corpo dos indivíduos passava a ser visto pelos médicos higienistas como um fator capital na transformação social” (p. 76).

A importância do trabalho com a higiene nas escolas era freqüentemente exposta por intelectuais ligados à educação e à saúde. Na revista *O Ensino* há uma descrição e relação das funções da Organização Sanitária Escolar do estado do Paraná pelo Dr. J. P. Fontenelle, do Departamento Nacional de Saúde Pública:

Cada dia que se passa mais aumenta a impressão da importancia do problema da saude na escola. E' facto já bem verificado que a correcção dos defeitos corporaes (anormalidades da visão e da audição, vegetações adenoideas, hypertrophia das amygdalas, carie dentaria, etc.) e a cura de certas doenças, como a opilação, por exemplo, permittem a acceleração do crescimento e augmentam o aproveitamento escolar, de modo que o diagnostico e o tratamento desses defeitos e doenças são de alto valor, produzindo effeito tanto mais benefico quanto mais cedo se faz esse trabalho. Por outro lado, está perfeitamente reconhecido o grande valor do ensino das noções elementares de hygiene e a indispensavel necessidade da criação de bons habitos de vida, o mais cedo, possível, esforço esse que póde e deve ser tentado desde a escola, e até, em certos casos, na idade pre-escolar (1924, p. 141).

Em vista disso, podemos afirmar que a higiene era entendida como uma forma de regeneração das crianças, representada como um meio considerável de transformação dos hábitos e costumes de toda a população, através da criança.

Para Chervel (1990), historiador das disciplinas escolares:

estima-se ordinariamente, de fato, que os conteúdos de ensino são impostos como tais à escola pela sociedade que a rodeia e pela cultura na qual ela se banha (...) A concepção de escola como puro e simples agente de transmissão de saberes elaborados fora dela está na origem da idéia, muito amplamente partilhada no mundo das ciências humanas e entre o grande público, segundo a qual ela é, por excelência, o lugar do conservadorismo, da inércia, da rotina. Por mais que ela se esforce, raramente pode-se vê-la seguir, etapa por etapa, nos seus ensinos, o progresso das ciências que se supõe ela deva difundir (p. 180-182).

Portanto, os conteúdos inseridos na escola viriam da necessidade imposta pela sociedade de melhores condições de vida para a população.

Mas, por se constituir em um ambiente de saberes, onde o dinamismo das idéias se mostra uma constante, este não seria o melhor caminho para fazer uma história da disciplina Higiene. Quem alerta para esse fato é Taborda de Oliveira (2001)

mas de forma bastante fecunda os estudiosos da história das disciplinas escolares tem mostrado o quão infrutífera é uma análise baseada somente nas determinações que a escola sofre de fora para dentro. A escola tem sido cada vez mais reconhecida como um espaço de contradição, capaz de produzir práticas singulares a partir da experiência dos seus agentes, o que não infirma a tese de possíveis transposições mecânicas para o seu interior (p. 21).

Portando várias nomenclaturas, como Higiene Escolar, Educação Higiênica, Educação Sanitária, a higiene era fruto de muitas discussões quanto às funções e conteúdos que deveriam abordar. Para Rocha (2003), “a educação sanitária deveria ancorar em vários elementos concretos, dentre os quais se destaca um conjunto de práticas que deveriam instituir-se no cotidiano da escola, conformando os corpos e as mentes dos alunos” (p. 47).

A respeito da higienização do corpo, nos referimos a Gondra (2000):

A questão do corpo, do movimento, dos exercícios ou da ginástica é uma preocupação que ocupa lugar privilegiado na agenda médica fazendo com que, ao tratar da educação escolar, também inclua esse tema como um dos aspectos a ser observado no rol de recomendações por eles estabelecidas, de modo a produzir um colégio, alunos, alunas, professores e mestras higienizados (p. 534).

Várias eram as formas que instituíam um novo corpo, seguindo os preceitos de higiene determinados pelo novo modelo escolar que se consolidava naquele momento. Essas formas são citadas por Faria Filho (2000): “Festas, comemorações, ‘aulas de urbanidade’, espetáculos, celebrações, cerimônias escolares, além da inspeção de higiene diária para a afirmação de uma memória e à utilização destas para a imposição de novos valores, normas ou hábitos às crianças” (p. 83).

Essa inculcação de novos hábitos nas crianças através da educação se fazia presente em todo o cotidiano, ressaltando que à escola cabia a tarefa de enfatizar e repeti-los no intuito de assimilação, conforme afirma Silva (2001):

de diversas maneiras busca-se o cumprimento do papel vislumbrado para a escola. Para isso, o ambiente escolar deveria envolver as crianças de tal forma que contribuísse decisivamente no desenvolvimento de sua educação "intellectual, moral e physica". A concretização dessa educação esteve focada nos corpos das crianças, procurando submetê-las a uma nova cultura (p. 29).

E ainda:

defendia-se que a escola devia constituir-se em modelo de higiene, um exemplo que, convincentemente trabalhado pelo professor, atuaria no aluno como uma poderosa sugestão para a formação de novos hábitos e atitudes que poderiam inclusive influenciar a sua vida fora do ambiente escolar (p. 67).

Em São Paulo, as tarefas da escola primária, na década de 1920, a partir da reforma que, segundo Rocha (2003), redefiniu a política sanitária paulista seriam "eliminar *atitudes viciosas* e inculcar hábitos salutarés, desde a mais tenra idade. Criar um *sistema fundamental de hábitos higiênicos*, capaz de dominar, inconscientemente, toda a existência das crianças. Modelar, enfim, a *natureza infantil* pela aquisição de hábitos que resguardassem a infância da debilidade e das moléstias" (grifo do autor, p. 40).

Para Soares (2001), o corpo passa a ser uma mercadoria, ao perceber a unidade produtiva da indústria capitalista, ou seja "será um objeto socializado pelas novas relações de produção, um instrumento a mais que deverá ser meticulosamente controlado para ser útil ao capital" (p. 20). Já para Faria Filho (2000), havia uma:

preocupação com a participação dos alunos, com a disciplina e ordem escolar e com a necessidade de poupar o aluno de um cansaço maior. A relação entre eles estabelece-se na medida em que os compreendemos como sendo inerentes à nova ordem escolar que se estabelecia, baseada tanto na ampla distribuição calculada e disciplinada dos alunos pelos espaços e pelos tempos escolares quanto na intensa participação desses na construção e manutenção da mesma (p. 200).

A escola representava, portanto, a chave para muitos dos problemas na Nação, sendo responsável por transmitir a educação proposta pelo estado, tendo o corpo como um dos portadores da educação republicana, por meio da higiene.

2.3 OS MÉDICOS E A INSPEÇÃO MÉDICO-ESCOLAR: INTERVENÇÃO E INVESTIGAÇÃO NOS GRUPOS ESCOLARES

Torna-se importante neste momento investigar quem eram os agentes que pensavam a saúde e a higiene da sociedade e, principalmente, os agentes que intervinham no ambiente escolar com a educação higiênica. Sabemos que foram inúmeros os atores dessa história, sendo eles médicos, inspetores, professores, militares, arquitetos, entre outros.

Para a intervenção quanto à higiene junto às escolas, fazia-se necessária a presença de agentes especialistas para instruir os alunos e os professores sobre os cuidados com os seus corpos. Até o momento, acreditamos que quem mais contribuiu nessa ação foram os médicos. Portanto, iremos aqui destacar a participação dos médicos e da inspeção médico-escolar¹².

Já no século XIX, pensava-se na disseminação do médico para outras áreas de atuação, conforme Gondra (2000)

a medicina deveria penetrar na sociedade, incorporando o meio urbano como alvo de sua reflexão e de sua prática, e o de que deveria constituir como apoio indispensável ao exercício de poder por parte do Estado (...) na expansão da medicina, a escola não é esquecida nem a educação de um modo mais geral, pois, para formar as novas gerações seria necessário uma intervenção não apenas no espaço público da escola, mas, também, no espaço privado da casa (p. 525).

Os médicos se apropriaram então, de várias áreas que antes não lhes instigavam interesse, como a cidade, a sociedade, as águas, o ar, a geografia, a moral, o direito e a educação, entre outras, sempre vislumbrando o bem estar dos indivíduos(GONDRA, 1998):

assim, o hospital, os cemitérios, a escola, o quartel, a prisão, o bordel, a fábrica e o hospício foram, no discurso médico, descritos como carentes, insuficientes, atrasados e produtores de doença o que, no limite, demandava uma intervenção baseada no saber médico (Idem, 1998, p. 46-47).

¹² Acreditamos que a intervenção de todos os agentes citados são de extrema importância na história da higiene na escola, mas, devido a escolhas que temos que fazer em decorrência do tempo que nos resta para conclusão deste trabalho, optamos por priorizar os médicos. Pretendemos desenvolver uma investigação mais abrangente, envolvendo todos os agentes comprometidos para a ação higiênica, posteriormente.

Rocha (2000), ao falar do discurso de ordem dos médicos-higienistas, intenta para o fato da higienização servir como uma ordenação das cidades, trazendo a modernização do ensino por meio da adequação das escolas às leis da ciência.

Essa ampliação no campo de atuação dos médicos possibilitou sua inserção na escola. Eles, de acordo com Rocha (2000), não se contentariam somente com “a simples constatação e explicação da situação” (p. 63), eles chamariam para si a responsabilidade de construção de estratégias de intervenção. Quanto a esse assunto, recorreremos a Vago (2002):

com efeito, os médicos e a Medicina foram chamados a participar da tentativa de controlar, sanear e educar o corpo nas escolas. A Medicina encontrou na escola mais um espaço para se apropriar dos corpos. O argumento central foi de ordem econômica, e não desinteressados sentimentos humanos (p. 180).

Iniciou-se um grande interesse dos médicos pelo ambiente escolar, os quais centravam seus esforços na construção de teses, procurando, conforme Soares (2001)¹³, “uma adequação dos corpos aos novos padrões exigidos pela sociedade do mercado” (p. 102). Visto isso, buscavam sua inserção no interior da instituição escolar.

Para Gondra (2003), a higiene inserida na ordem médica forneceria

um modelo de organização escolar calcado na razão médica que ao ser constituído retiraria do espaço privado – religioso ou familiar – o monopólio sobre a formação dos meninos e das meninas. Para tanto, apela-se aos argumentos científicos que recobrem um amplo espectro de questões vinculadas à escola, tais como o problema da localização dos edifícios escolares, da necessidade de uma edificação própria e apropriada para funcionar como escola, do ingresso dos alunos, do tempo e dos saberes escolares, da alimentação, do sono, do banho, das roupas, dos recreios, da ginástica, das percepções, da inteligência, da moral e, inclusive, das excreções corporais (p. 527).

Os médicos, atuando na escola representavam um “movimento, rumo a uma remodelação da escola, tinha no horizonte a utopia de produzir uma sociedade escolarizada, regenerada e homogênea. Uma escola e uma sociedade higienizada” (GONDRA, 2000, p. 544).

Outro estudo que nos traz contribuições é o trabalho de Silva (2004) que estudou o discurso médico através de três teses da Faculdade de Medicina do Rio

¹³ Essa autora defende que a inserção dos médicos nas escolas seria através do exame de cada aluno da escola e através da educação física, contribuindo para o engrandecimento da pátria. Ver SOARES, C. L. Educação Física: Raízes Europeias e Brasil. 2. educação. Rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

de Janeiro das últimas décadas do século XIX, as quais revelam uma relação muito próxima da saúde com o poder central do estado, trazendo, segundo a autora, “modelos de medicina social, com propostas intervencionistas a respeito da educação física, moral e intelectual. Eles fazem parte de política maior – o projeto de modernidade” (p. 109). Os projetos médicos que visavam a educação viriam para difundir o respeito pela ciência e pelos médicos, e, a partir do século XIX, a medicina esteve presente em todas as áreas: “urbana, de controle do indivíduo e da população com a finalidade de torná-los mais produtivos, saudáveis, viris, robustos e inofensivos” (Idem, p. 102).

A presença dos médico-higienistas em toda a parte fez com que tomassem um lugar de destaque, contribuindo, conforme Soares (2001), para a construção de uma nova ordem econômica, política e social e um discurso normativo, disciplinador e moral. Silva (2001) atribui essas ações às modificações da função do médico junto à sociedade. Os médicos estariam mais próximos à política, atuando “na organização das cidades e dos espaços públicos, influenciando no comportamento coletivo e no cotidiano das pessoas” (p. 2).

No caso dos grupos escolares, os princípios de higiene instaurados com a Proclamação da República fariam com que a inspeção médico-escolar ganhasse acentuada relevância elevando a figura do Inspetor de Instrução Pública que, entre outras coisas, deveria zelar pela educação física e moral dos alunos, acarretando mudanças nos hábitos escolares, o que podemos perceber no trecho a seguir:

limpar e educar o corpo das crianças – asseio, modos, costumes, vestuário, nada escapa – conversando, mas também inspecionando diariamente, mesmo, intervindo diretamente na sua estética: práticas que configuram uma faxina escolar nos corpos das crianças, o cultivo de uma nova corporeidade (VAGO, 2002, p. 158).

Moreno (2003), ao estudar os anos de 1920 a 1928 considera que este período constituiu um movimento de intervenção na esfera educacional paranaense, e, segundo os Diretores de Instrução Pública do Paraná Cesar Pietro Martinez (1920-24) e Lysimaco Ferreira da Costa (1924-28) “sem Inspeção não haveria Reforma” (p. 31)¹⁴.

¹⁴ Cesar Pietro Martinez e Lysimaco Ferreira da Costa foram dois dos principais nomes do processo de reforma da instrução pública paranaense. Ver MORENO, J. C. Inventando a escola, inventando a nação: discursos e práticas em torno da escolarização paranaense (1920-1928). 140p. Dissertação de mestrado em Educação, Área de concentração História e Historiografia da Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

A inspeção escolar era vista como sendo a base para a reforma da Instrução Pública. Com esta inspeção aspirava-se um maior controle da ação das professoras, bem como controle dos livros de 'escrituração obrigatória', como livros de matrícula, frequência, visitas e ocorrências, caracterizando, os inspetores, como "verdadeiros organizadores da Instrução Pública no estado [de São Paulo]" (FARIA FILHO, 2000, p. 94).

Com essa valorização da função dos inspetores escolares, houve o aumento do poder de intervenção do Estado na rede pública e particular no que diz respeito à instrução primária.

Como consequência do aumento do controle sobre a educação escolar, esperava-se:

...como resultado, uma escola mais organizada, professoras mais disciplinadas, confiáveis e controladas. Já no plano da unidade escolar, ou seja, dos Grupos Escolares, imputava-se à direção dos mesmos boa parte da responsabilidade pelo sucesso da nova forma escolar que se queria implantar. Sobre a direção recaem algumas das atribuições anteriormente desempenhadas pelos inspetores, além, é claro, daquelas políticas e técnicas criadas com o próprio grupo (FARIA FILHO, 2000, p.95).

Outra forma de estabelecer um controle mais rigoroso dos grupos escolares se fazia através do acompanhamento das condições de higiene, como menciona Silva (2001), "a fiscalização das condições de higiene dos estabelecimentos, preferencialmente aqueles cujas atividades concorressem para a aglomeração de pessoas, estava voltada ao combate das doenças, principalmente as de natureza epidêmica" (p. 10).

No caso de São Paulo, como visto anteriormente, a inspeção tinha a função de melhoria das condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos de ensino primário, secundário e profissional, tanto nas escolas públicas como nas particulares da capital, abrangendo "desde as instalações físicas, mobiliário, organização e seleção de métodos de ensino e material pedagógico até a preservação da saúde do aluno e da comunidade escolar" (p. 30-31).

Em Curitiba havia um controle escolar, mas só em 1921 foi criado o serviço de "Inpecção Médico Escolar", pela lei nº 2035 de 21 de março de 1921. Na Revista *O Ensino* (1922) há informações sobre a sua instalação nas escolas:

a 25 de Julho foi iniciado esse importante melhoramento.

Para dirigir esse serviço foi nomeado o Dr. Mario Gomes que, antes de assumir o cargo, esteve em São Paulo e no Rio com o fim de conhecer o que a esse respeito aquelles dois grandes centros já realizaram.

Durante os 4 mezes de seu funcionamento foram visitados todos os grupos escolares da capital, em numero de 11, o de Paranaguá e o de Rio Negro.

Foram inpeccionados 3960 alumnos, expedidos 422 boletins sanitarios fornecidas 336 receitas.

Dos 3960 alumnos inpeccionados, 1707 careciam de tratamento dentário.

O medico inpector fez varias visitas domiciliaries a alumnos enfermos e o laboratorio pharmaceutico da Força Militar do Estado, forneceu medicamentos gratuitos a todos os necessitados considerados como pobres.

O Governo já adquiriu o material preciso para poderem ser feitos os exames anthropopedagogicos.

A Inspecção medico-escolar funciona annexa á Inspectoria Geral do Ensino (p. 82).

A inspeção ganhou respaldo e consistência com o estabelecimento da lei. Importante ressaltar que esta organização fez com que todos os grupos escolares fossem inspeccionados e a intenção de abranger todas as crianças, independente de sua condição social. Isso estaria associado com a intenção de modernização e reformulação das escolas, para o seu melhor funcionamento, mas, principalmente, um maior controle das instalações e ações nessas instituições.

Subentende-se que todo o discurso para a modernização da escola foi um passo positivo para a educação e a sociedade, mas impossível negar os interesses políticos de controlar e disseminar os ideais da época, tendo os grupos escolares como pontos estratégicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o período inicial fosse delimitado entre 1903 e 1920, avançamos pela década de vinte por admitirmos que este foi um importante momento de expansão das idéias de disseminação da higienização nas escolas, idéias, portanto, importantes para a construção do presente trabalho monográfico. Houve a necessidade também, de trabalhar com algumas fontes, mesmo estas não estando inicialmente no horizonte do trabalho, por compreendermos que a discussão dessas se tornaram fundamentais para compreendermos a conjuntura em que a higiene se encontrava nos grupos escolares no período estudado.

Com esse estudo, podemos perceber que com a intenção de civilização e modernização do governo republicano, por intermédio do campo educacional, viés em que nos propomos investigar, a higiene teve um papel importante nesse processo, pois compreendia uma forma de disciplinarização e conformação dos hábitos e costumes, influenciando no cotidiano dos alunos. Com ela, se disseminaram as noções e comportamentos adequados para a “nova vida republicana”.

Constatamos ainda a necessidade de formação dos professores para repassar as noções de higiene aos seus alunos, tendo orientações desde as metodologias que deveriam adotar, os conteúdos importantes a lecionar e os momentos propícios para essa lição.

Os grupos escolares foram ambientes propícios para a aplicação da higiene, pois, com prédios suntuosos, construídos visando os objetivos do regime republicano, se tornaram locais adequados para o ensino e a intenção de transformação da vida dos seus alunos e, conseqüentemente, de seus familiares.

Importante ressaltar que a Higiene tanto enquanto disciplina, quanto como hábito a ser adquirido era tão importante na formação do homem nos ideais republicanos que o Estado através da Inspetoria de Pietro Martinez cria o serviço de Inspeção Médico Escolar. Com toda a discussão feita na presente pesquisa, consideramos que a higiene estava inserida nos grupos escolares curitibanos, fundamentalmente, como forma de disciplinarização e controle dos comportamentos das crianças e que a escola atuou principalmente como veículo de massificação do pensamento sob regime vigiado, através das constantes inspeções, visando não só

perceber se todos estavam “higienicamente adequados” mas também, se as ideologias políticas estavam sendo devidamente repassadas e incorporadas.

Todas as preocupações com a higiene escolar caracterizam uma forma de disciplina escolar, pois o asseio era valorizado e as noções de higiene introduzidas nos alunos em todas essas formas – a localização, o prédio, a fiscalização médico escolar, o programa de ensino, os padrões de mobiliário, os registros dos alunos e as moléstias – caracterizando uma higienização dos corpos dos alunos.

Segundo Chervel (1990), a história das disciplinas escolares contempla

a história dos conteúdos é evidentemente seu componente central, o pivô ao redor do qual ela se constitui. Mas seu papel é mais amplo. Ela se impõe colocar esses ensinamentos em relação com as finalidades às quais eles estão designados e com os resultados concretos que eles produzem. Trata-se então para ela de fazer aparecer a estrutura interna da disciplina, a configuração original à qual as finalidades deram origem, cada disciplina dispondo, sobre esse plano, de uma autonomia completa, mesmo se analogias possam se manifestar de uma para a outra (p. 186-187).

Sendo assim, vemos que há muito ainda a se investigar e pesquisar sobre a disciplina Higiene, nos vários âmbitos educacionais. Este trabalho principiou uma investigação, reconhecendo e já coletando materiais para a continuidade e aprofundamento da pesquisa, ciente de que há muito ainda por ser feito.

REFERÊNCIAS

BENCOSTTA, M. L. A. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). **Educar em Revista**. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, n.18, p. 103-141, 2001.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: Freitas (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo, SP: Editora Cortez, 1997. p. 269 – 287.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**. Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. **O século da higiene: uma história de intelectuais da saúde (Brasil, século XX)**. 296p. Tese de doutorado em Educação Física, Área de concentração Educação Física e Cultura, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2003. 1 CD-ROM.

_____ & LOVISOLO, Hugo Rodolfo. Descontinuidades e continuidades do movimento higienista no Brasil do século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, SP: Autores Associados. v.25, n.1, p. 41 – 54, 2003.

GONDRA, José Gonçalves. Conformando o discurso pedagógico: a contribuição da medicina. In: Faria Filho, L. M. de (org) [et al.]. **Educação, Modernidade e Civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 35-71.

_____. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES; FARIA FILHO; VEIGA (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 519-550.

HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: _____ (org.). **A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 9-42.

MONARCHA, Carlos. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. In: Freitas (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo, SP: Editora Cortez, 1997. p. 97 – 136.

MORENO, Jean Carlos. **Inventando a escola, inventando a nação: discursos e práticas em torno da escolarização paranaense (1920-1928)**. 140p. Dissertação de mestrado em Educação, Área de concentração História e Historiografia da Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. Para uma Crítica da Historiografia: Ditadura Militar, Educação Física e Negação da Experiência do Professor. In: FERREIRA NETO, Amarílio (org.). **Pesquisa Histórica na Educação Física**. Vitória: Proteoria, 2001. p.5-48.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Prescrevendo regras de bem viver: Cultura escolar e racionalidade científica. In: SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. **Caderno Cedes: Cultura Escolar: História, práticas e representações**. Campinas, SP, ano XIX, n. 52, p. 55 – 73, 2000.

_____. Educação escolar e higienização da infância. **Caderno Cedes: Educação pela higiene: histórias de muitas cruzadas**. Campinas, SP, v. 23, n. 59, p. 39 – 56, 2003.

SILVA, Anete Charnet Gonçalves da. **Inspeção médica escolar em São Paulo (1911-30): A Escola como Lugar de Higiene e Saúde**. 221p. Dissertação de mestrado em Educação: História, Política, Sociedade. PUC/SP, São Paulo, 2001.

SILVA, Maria Cecília de Paula. A Educação Física Escolar/saúde: o discurso médico no século XIX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, SP: Autores Associados, v.25, n.2, p.97 -112, 2004.

SOARES, Carmen Lucia. **Educação Física: Raízes Europeias e Brasil**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização:A implantação da escola primária graduada do estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo, SP: Ed. UNESP, 1998.

_____. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. **Educar em Revista**. Curitiba, PR: Editora UFPR, n. 18, p.75-101, 2001.

TRINDADE, Eteuvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias: Mulheres de Curitiba na primeira república**. Curitiba, PR: Fundação Cultural, 1996.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos: educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VIÑAO, Antonio. **Innovación pedagógica y racionalidad científica: la escuela graduada pública en España (1898-1936)**. Madrid – España: Ediciones Akal S. A, 1990.

FONTES - PERIÓDICOS

ARCHIVOS PARANAENSES DE MEDICINA. Curitiba: Revista de Medicina Experimental e de Higiene, ano 1, nº 7, 1920.

O ENSINO. Curitiba: Inspetoria Geral de Ensino, ano I, nº 1, janeiro de 1922.

O ENSINO. Curitiba: Inspetoria Geral de Ensino, ano III, nº 1, agosto de 1924.